

BOLETIM

Econômico

Curvas e perigos em duas dimensões

Panorama Macroeconômico

Curvas e perigos em duas dimensões

Panorama Macroeconômico

O início de uma corrida automobilística tende a ser um momento tumultuado, sempre gerando atenção de espectadores, fãs e equipes. Há pilotos que foram notabilizados por seu arrojado logo nas primeiras curvas, que geram emoção para o público. Há pilotos que ficaram conhecidos por seu estilo mais cuidadoso, enfatizando o desempenho no decorrer das corridas ao invés de um desempenho inicial notável. É preciso clareza de objetivo para a ação: eventualmente o resultado deve aparecer após muitas voltas, sendo a largada apenas um detalhe dentro de uma estratégia ampla. E há também pilotos que ficaram conhecidos por sistematicamente se chocarem com os adversários na disputa das primeiras curvas e comprometerem corridas de centenas de quilômetros ainda nos primeiros metros.

A largada determina, em última análise, o ritmo consequente ao longo de toda a corrida. E somente ajustes nas oficinas, ao longo da corrida, poderiam produzir resultados distintos.

Tradicionalmente, mandatos presidenciais no Brasil são beneficiados por contar, em seus inícios, com um clima político favorável e uma disposição do Congresso em colaborar antes da imposição, nos anos subsequentes, de calendários políticos regionais e eventuais desgastes junto à opinião pública do governo federal. O cientista político Sérgio Abranches conceituou essa fase inicial de “presidencialismo de coalização”, em parte pelo capital político contido em uma vitória eleitoral, em parte pela sensação afrodisíaca que o poder envolve.

Como exemplos anteriores, foi em um primeiro ano de governo que Bolsonaro conseguiu a aprovação de uma reforma previdenciária, tema sempre espinhoso. Também foi em um primeiro ano de governo que Lula, em 2003, aprovou uma reforma administrativa, outro dos grandes assuntos espinhosos. Ainda em um primeiro ano de governo, FHC consolidou as medidas de saneamento bancário e financeiro no Brasil, complementares ao lançamento do Real, em 1995.

No presente contexto poderíamos assinalar que a agenda política de Lula foi vitoriosa, ao passo que sua agenda econômica ainda está em construção em face das dificuldades em lidar com um orçamento exíguo para o tamanho das demandas da sociedade e aquelas prometidas durante o processo eleitoral. Consequentemente, poderíamos anotar que a condução da economia ainda está fora da pista, ao passo que a condução política está ultrapassando adversários com relativa facilidade.

Ao fim e ao cabo, ainda há dificuldades consideráveis na economia internacional.

As conquistas políticas

Ao contrário do esperado, com a posse do novo Congresso em fevereiro, Lula e seu governo obtém relativo sossego na abertura dos trabalhos legislativos, não apenas empenhando as reeleições dos presidentes da Câmara e do Senado, como também controlando as agendas públicas, com movimentações na política externa e ações sociais de impacto junto a indígenas, terceiro setor e pautas ambientalistas. Ademais, os episódios de depredação de prédios públicos em Brasília ocasionaram uma oportunidade para controlar discursos opositores e mais enérgicos em todas as esferas da sociedade, colocando o argumento opositor em atitude defensiva.

Além de apaziguar os ânimos exaltados que poderiam surgir na atuação legislativa, mais relevante é a constituição de equipes para as comissões de trabalho no Legislativo, sempre proeminentes para o encaminhamento de projetos legislativos, realizando uma composição de parlamentares de partidos com características mais dialogadas.

É interessante notar como a construção de um ministério amplo também permitiu acomodar diversas tendências do Congresso, mesmo que muitos desses ministérios sequer tenham um orçamento definido para suas ações. É o caso de dizer que os pilotos desses veículos aprenderão a lidar com a máquina ao longo da corrida, embora tenham sido favorecidos inicialmente com estruturas administrativas, sempre interessantes em ambientes políticos.

Pode-se dizer assim, que o presidente Lula, no que diz respeito ao domínio do processo político, continua a exercer o magnetismo do poder e usá-lo com maestria ímpar entre os líderes mundiais. É favorecido pela fragmentação partidária do congresso e pela grande extensão do poder executivo federal: mas é preciso notar que poucos dos seus antecessores souberam usar esse mesmo instrumento com competência.

As dificuldades econômicas

Se o carro da equipe política contorna os adversários, o carro da economia derrapa para o meio do pelotão, encontrando dificuldades de aprumar-se na pista.

As dificuldades nascem de três aspectos: 1. A dificuldade de lidar com o orçamento público; 2. A prioridade dada ao tema reforma tributária; 3. O conflito com o Banco Central.

Se a condução política evitou os potenciais conflitos, a condução econômica intensifica-os, fazendo com que se acentue um clima de incerteza sobre as medidas econômicas.

É importante frisar: a equipe econômica insistirá em gerar crescimento econômico pelo estímulo à demanda. Faz parte da concepção da equipe econômica, bem como daquelas constituídas em bancos públicos. Isso representará duas certezas nos indicadores econômicos: uma inflação ao consumidor mais pressionada e um orçamento público com pressões sobre tributos.

Haverá crescimento econômico produzido por essa orientação de política econômica? Apenas de curto prazo, portanto sem sustentação para estimular investimentos, o calcanhar de Aquiles do crescimento econômico brasileiro. Ainda assim, esse crescimento econômico seria orientado para produtos mais populares.

Com as imposições tributárias para o financiamento desta agenda de estímulo à demanda, o achatamento do poder de compra da classe média é previsível.

É nesse sentido de política econômica que surge, inclusive, a primeira medida em estudo: a isenção do Imposto de Renda na fonte para aqueles que recebem até 2 salários mínimos. Do ponto de vista prático, significa estender o valor da remuneração que possui isenção, tentando estimular o consumo de classes de renda mais desfavorecidas, introduzindo no mercado cerca de R\$ 6 bilhões para consumo.

Contudo, nada foi dito sobre correções da faixa para níveis de renda mais elevados, caracterizando a pressão sobre faixas médias de renda.

Assim, demonstra-se a dificuldade de estabelecer-se uma reforma tributária consistente e ampla: discutir ganhadores e perdedores em uma única ação significa posicionar numerosos atores em campos opostos. O próprio governo Lula aprovou medidas tributárias específicas “no varejo” durante seu segundo mandato presidencial.

Apesar do governo estar bem posicionado politicamente no Congresso e haver consenso sobre a proposta que seguirá para apreciação do legislativo, a PEC 45/2019, há sempre muitas resistências no tema: os estados, os municípios e setores empresariais da sociedade. Perceba que até mesmo um governo que possuía vantagem significativa no Legislativo, como o de Lula entre 2007-2010, não conseguiu aprovar a manutenção da CPMF.

Assim, consideramos mais provável a aprovação de pontos específicos da proposta, permitindo que o governo possa reclamar uma vitória no assunto em seu primeiro ano de governo e que possa, em paralelo, acomodar as pressões de outros entes governamentais, bem como da sociedade.

Os pontos específicos a serem aprovados podem passar pela taxação de dividendos, o que permitiria correção da tabela do I.R. em contrapartida, pela ampliação de contribuições previdenciárias e pelo corte em deduções do I.R. para faixas de renda mais elevadas, aumentando dessa maneira a taxa efetiva de tributação.

Finalmente, em relação ao conflito com o Banco Central, que tem como missões principais a fiscalização do sistema financeiro nacional e a proteção ao valor da moeda, uma política econômica orientada para o crescimento pelo lado da demanda implica em operar-se com maior tolerância à inflação e, conseqüentemente, a juros mais baixos.

Porém, tal discussão não pode ser realizada dentro de um conflito de visões apenas entre a Fazenda e o Banco Central: o foro adequado para se discutir o nível de inflação é o CMN – Conselho Monetário Nacional: e neste fórum, a ministra do Planejamento, Simone Tebet aparece como a terceira integrante, ou o voto de minerva para o conflito de visões.

É um bom indicador perceber como se comportará a ministra do Planejamento em seus pronunciamentos públicos e em suas mensagens cifradas sobre a condução da política econômica, mesmo que o presidente Lula tente conduzir o assunto.

A curva de juros ainda aponta, no horizonte do mandato de Campos Neto, mais dois anos, um comportamento que demonstra incerteza, com os títulos mais curtos remunerando melhor do que os títulos mais longos.

Nesse sentido, os títulos pós-fixados de até 2 anos parecem ser opções ótimas. Ao passo que títulos vinculados ao IPCA são as opções mais recomendadas para prazos de dois anos em diante.

Pressões adicionais surgiram sobre o mercado de capitais brasileiros com o excessivo endividamento de empresas afetando o resultado de bancos. Os casos mais notórios são os do setor de varejo, pelo surgimento de fraudes deliberadas. Porém, os setores de telefonia e aviação, bem como viagens, aparecem com empresas em situações de endividamento de curto prazo considerável, apesar de reestruturações. **O que nos sinaliza que 2023 tenderá a ser um ano cauteloso para a bolsa brasileira, no contexto de ausências de novidades.**

Esses eventos definiriam o rumo político e econômico do governo em 2023 e 2024, ainda em tempo de cacifar conquistas políticas.

Contudo, nesse momento de largada para a corrida de muitas voltas, percebemos que um dos carros da equipe é manejado com extrema habilidade, ao passo que o segundo carro, não menos importante, o da política econômica, ainda derrapa e encontra uma manobrabilidade escassa. Talvez a chave do sucesso da política econômica seja incorporar o pragmatismo que a condução política já observa e fazer com que haja harmonia nos resultados de ambas as dimensões.

○ que devemos monitorar nos próximos 120 dias?

EVENTO?	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Prorrogação ICMS reduzido - combustíveis, energia e comunicações	<p>Arrecadação maior para federação e estados</p>	<p>Impacto na inflação e no crescimento econômico</p>
Tramitação Reforma Tributária	<p>Encaminhamento para Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania da Câmara dos Deputados</p>	<p>Dificuldade política sensível; provavelmente medidas fatiadas sejam aprovadas</p>
Implementação Novo Bolsa Família	<p>Força no consumo da população de baixa renda</p>	<p>Sem cobertura fiscal, pode ampliar necessidade de aumentos de tributos e dificultar quedas nos juros</p>
Reuniões Copom	<p>Reuniões em 21-22 de março; 2-3 maio e 20-21 de junho</p>	<p>Isolamento político crescente do Banco Central</p>
Crescimento Econômico China	<p>Maior volume de exportações</p>	<p>Inflação de commodities, notadamente agrícolas e energéticos</p>
Potenciais conflitos Rússia – OTAN China – OTAN	<p>Brasil pode receber capitais externos em maior volume</p>	<p>Travas no Comércio Exterior; maior tensão política internacional</p>

Fonte: Elaboração própria

SOBRE A MIRAR

Somos fruto da união entre professores acadêmicos das ciências da Administração, Contabilidade e Economia. Atuamos no mercado desde 2012.

Nossos serviços são desenvolvidos sob o tripé do **planejamento em gestão, visão orçamentária**, e conseqüentemente, da **performance empreendedora**.

Atendemos empresas de médio e pequeno porte, pois sabemos que, mesmo tendo expertise em seus produtos e serviços, muitas vezes carecem de autoconhecimento em gestão estratégica.

BOLETIM ECONÔMICO MIRAR

Coordenação Técnica

Gustavo Inácio

Economista pela Universidade de São Paulo (1999) e doutorado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (2010). Tem experiência na área de Economia, com ênfase atuando principalmente nos seguintes temas: Política Econômica, Desenvolvimento Econômico e Economia dos Recursos Naturais. Tendo atuado anteriormente como economista no Inter-American Express, atualmente professor doutor da PUCRS e parceiro da Mirar Gestão Empresarial.

Equipe Permanente

João Miranda

Saulo Armos

Alberto Schwingel

Mariana Miranda

Diego Malgarizi

Maurício Vieira

Gilmar Laguna

Beatriz Prado

Rayza Boaro

Rochana Ramos

Revisão Editorial

Marina Miranda

Katine Oliveira

Thobias Zani

Editoria de Arte

Izabelly Damasio

Advertências

As manifestações expressas por integrantes e parceiros da Mirar, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da Mirar. Este Painel foi elaborado com base em estudos internos e projeções e utilizando dados e análises produzidos pela Mirar e seus parceiros além de outros de conhecimento público com informações atualizadas até 04 de novembro de 2022. O Painel é direcionado para plataforma Mirar, contemplando clientes e parceiros, não podendo a Mirar ser responsabilizada por qualquer perda direta ou indiretamente derivada do seu uso ou do seu conteúdo. Este Painel Macroeconômico não deve ser fragmentado ou divulgado de forma isolada sem a autorização da Mirar.

BOLETIM ECONÔMICO



Mirar
Gestão Empresarial